

textos para
discussão
gemaa

O Globo e as ações
afirmativas: dez anos de
cobertura (2001-2011)

Luiz Augusto Campos
ECP-UNIRIO
João Feres Júnior
IESP-UERJ

21

Expediente

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

gema.iesp.uerj.br

gema@iesp.uerj.br

Coordenador

João Feres Júnior

Pesquisadores Associados

Flávio Carvalhaes

Leonardo Nascimento

Lorena Miguel

Luiz Augusto Campos

Veronica Toste Daflon

Estagiários

Eduardo Barbabela

Gabriella Moratelli

Pedro Ramos

Larissa Soares

Capa, layout e diagramação

Luiz Augusto Campos



2/ textos para discussão gema

O *Globo* e as ações afirmativas: dez anos de cobertura (2001-2011)

Luiz Augusto Campos Este texto discute o tratamento conferido às ações afirmativas raciais por um dos principais veículos de imprensa brasileiros: o jornal carioca *O Globo*. A partir de um amplo levantamento de tudo que foi publicado sobre o tema durante a primeira década do milênio, o texto apresenta como o jornal distribuiu os textos nas suas seções, como ele organizou as opiniões consideradas e quais atores sociais tiveram maior visibilidade em sua cobertura do tema.

Professor
ECP-UNIRIO

João Feres Júnior
Professor
IESP-UERJ

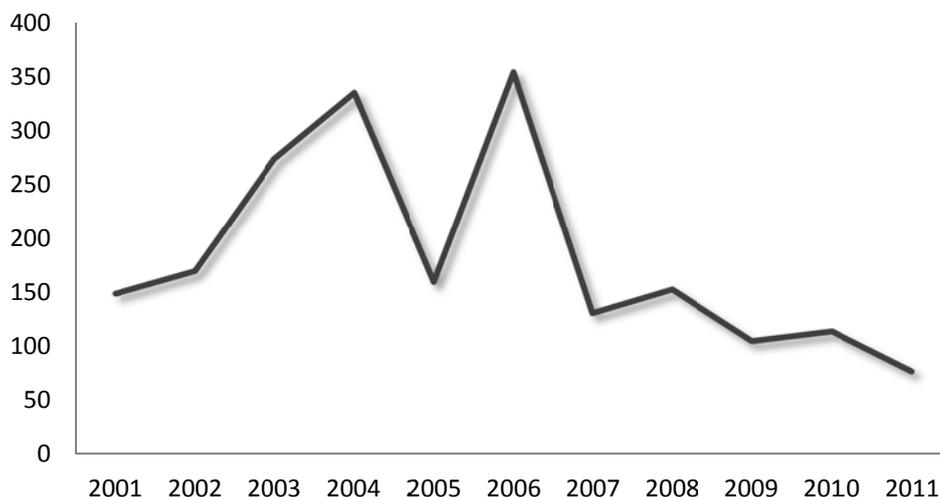
As ações afirmativas raciais frequentam as páginas dos grandes jornais nacionais desde 2001. Os preparativos para a III Conferência da ONU Contra o Racismo atraíram a atenção da imprensa para o racismo e, sobretudo, para as possíveis soluções para as desigualdades raciais brasileiras. Contudo, é somente após a adoção de cotas raciais pelas universidades estaduais do Rio de Janeiro que o tema das ações afirmativas raciais se tornou objeto de uma imensa controvérsia midiática.

O fato de o estado do Rio de Janeiro ter sido um dos primeiros a adotar esse tipo de política fez também com que o periódico carioca *O Globo* fosse o primeiro a dar atenção ao tema. O objetivo deste texto é apresentar os dados de dez anos de cobertura que o jornal dedicou às ações afirmativas raciais. Além de ajudar a entender os critérios de cobertura adotados por *O Globo*, os dados apresentados a seguir pretendem melhor qualificar a discussão em torno do papel da mídia para o debate acerca das políticas de discriminação positiva para negros.

O Globo publicou textos sobre o tema do que seu concorrente, o jornal *Folha de S. Paulo*. Dentre reportagens, artigos de opinião, editoriais, cartas de leitor etc., o jornal carioca publicou 1054 textos lidando com essa modalidade de política,

enquanto o jornal paulistano 983. No entanto, os textos publicados em *O Globo* não se distribuem de maneira uniforme no tempo, como mostra o Gráfico 1:

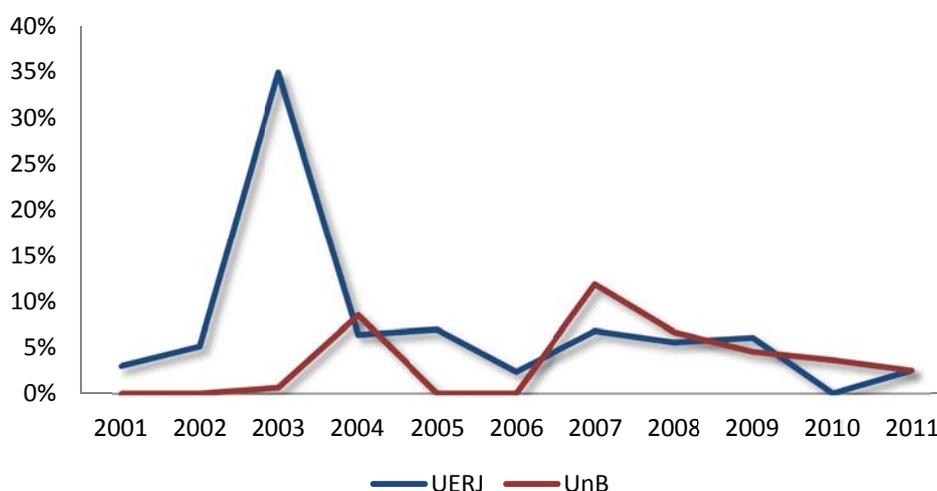
Gráfico 1: Número de texto publicados sobre as ações afirmativas raciais em *O Globo* entre 2001 e 2011



Fonte: GEMAA

É possível notar que o espaço do jornal aberto a comunicações sobre o tema cresceu de forma linear entre 2001, ano da Conferência de Durban e da aprovação da lei de cotas do Rio de Janeiro, até 2003, ano do primeiro vestibular da UERJ e da UENF com cotas raciais. Há também um crescimento substantivo em 2004, ano em que a UnB adota um sistema de cotas para negros, acontecimento que atraiu a atenção da imprensa de modo geral. Durante boa parte do período analisado, as ações afirmativas raciais adotadas pela UERJ e pela UnB foram o foco privilegiado das discussões em *O Globo*. O Gráfico 2 mostra como as menções a esses casos evoluiu nos anos.

Gráfico 2: Número de menções aos casos da UERJ e da UnB de acordo com o ano



Fonte: GEMAA

Pode-se dizer que o jornal focou nesses casos porque as duas instituições foram as primeiras a adotar políticas de discriminação positiva para negros no país. Mas embora isso se aplique à UERJ, tal raciocínio não contempla a UnB, que foi a quarta instituição do país a adotar cotas raciais¹. É possível argumentar, também que a Universidade de Brasília atraiu grande atenção ao ter adotado uma polêmica comissão de verificação, incumbida de estabelecer a identidade racial dos pleiteantes às vagas reservadas pelas cotas através de entrevistas e fotografias. Contudo, esse argumento ignora que a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul já havia adotado um sistema de seleção baseado em fotografias antes da UnB e, apesar disso, a UEMS foi objeto de apenas três textos publicados em *O Globo*.

Além disso, os casos da UERJ e da UnB estão longe de ser exemplares se comparados as mais de 70 universidades que implantaram ações afirmativas no período analisado. Como discutimos em outra oportunidade², das universidades públicas, federais e estaduais, que adotaram políticas afirmativas, nenhuma utilizou os mesmos critérios adotados pela UERJ ou pela UnB. E no que tange

¹ Cf. Daflon, Verônica Toste; Feres Júnior, João & Campos, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 148, 2013, pp. 302-327..

² Feres Júnior, João; Campos, Luiz Augusto & Daflon, Verônica Toste. Fora de quadro: a ação afirmativa nas páginas d'O Globo. *Contemporânea*, n. 2, 2011 pp. 61-83.

especificamente à adoção de uma comissão de verificação racial via fotografias, apenas 10% das mais de 70 instituições mencionadas adotaram tal procedimento.

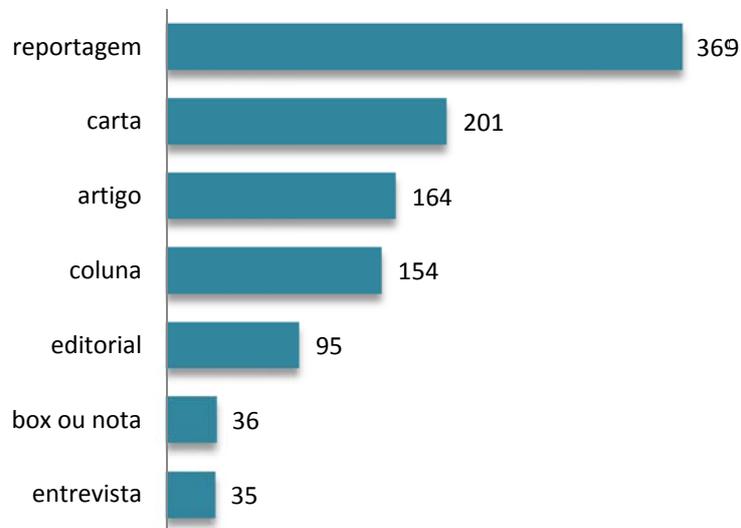
Outro dado que merece atenção é o foco do debate, feito em *O Globo*, nas chamadas cotas raciais, modalidade específica de ação afirmativa. Ainda que 90% das universidades com alguma ação afirmativa no período utilizasse critérios de corte socioeconômico, para beneficiar estudantes oriundos de escola pública ou de baixa renda, por exemplo, somente 13,3% dos textos do jornal discutiram tais políticas. O restante (87,7%) tratou basicamente das ditas cotas para negros, modalidade de ação afirmativa presente em apenas 54,3% das universidades públicas brasileiras do período³.

Como é possível perceber Gráfico 1, o ano de 2005 interrompe a tendência de aumento na quantidade de textos, em grande medida porque o alcunhado “escândalo do mensalão” dominou a pauta midiática nesse ano. A despeito disso, um novo pico de matérias ocorre em 2006, ano em que o governo federal patrocina um projeto de lei que obrigaria todas as universidades federais do país a adotar cotas raciais. A tramitação desse projeto é interrompida no mesmo ano, coincidentemente ou não após a entrega ao Congresso Nacional de dois manifestos sobre a temática, um contrário e outro favorável às cotas. Já entre 2007 e 2011 a polêmica em torno da questão arrefece e, assim, o jornal publica um número declinante de textos sobre o assunto.

Cerca de 75% dos textos publicados sobre o tema são opinativos, enquanto 35% são reportagens. Outra peculiaridade da cobertura que *O Globo* dedicou ao tema foi o fato de o jornal ter publicado um grande número de cartas de leitores sobre as ações afirmativas (201 textos no total). Vale notar também que o jornal equilibrou a quantidade de textos publicados sobre a questão por seus colunistas fixos (154) e o número de textos publicados por articulistas eventuais (164):

³ Feres Junior, João; Campos, Luiz Augusto & Daflon, Verônica Toste. Fora de quadro: a ação afirmativa nas páginas d'O Globo. *Contemporânea*, n. 2, 2013, p. 70.

Gráfico 3: Número de textos sobre as ações afirmativas de acordo com o tipo

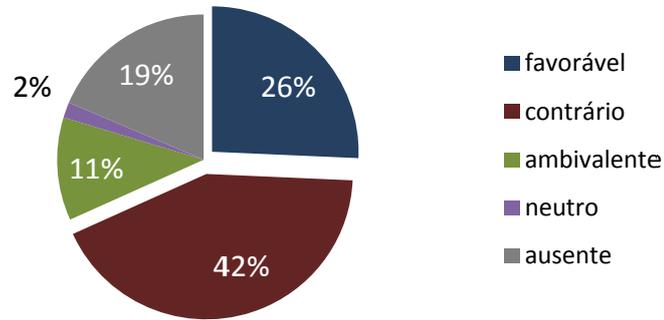


Fonte: GEMAA

A pesquisa trabalhou com cinco categorias para captar a valência dos textos em relação às cotas: contrário, favorável, neutro, ambivalente e ausente. O texto era classificado como “neutro” nos raros casos em que o autor defendia a impossibilidade de assumir um lado do debate, enquanto a categoria “ambivalente” abriga os textos em que a tomada de posição em relação às cotas era ambígua. A opção “ausente” foi reservada aos casos em que um texto era apenas informativo e não opinativo.

A cobertura de *O Globo* concedeu bem mais espaço às tomadas de posição contrárias às ações afirmativas raciais do que às opiniões favoráveis. Como mostra o Gráfico 4, cerca de 42% dos textos publicados foram contrários às medidas, enquanto apenas 26% foram favoráveis. Além do menor espaço concedido às opiniões favoráveis às medidas, vale notar a pequena proporção de textos que não continham uma posição sobre o assunto: 19% não assumiam posição perante o tema, 2% defendiam uma neutralidade frente à questão e em 11% a posição era ambivalente.

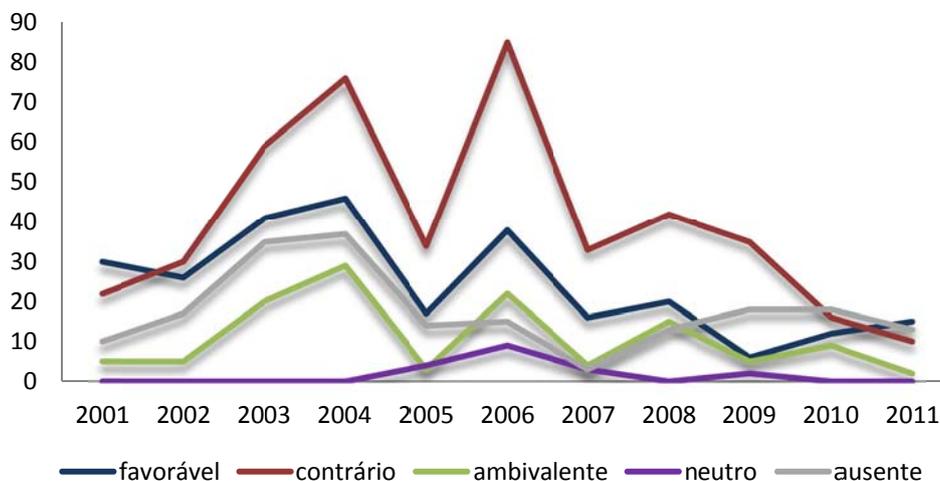
Gráfico 4: Valência em relação às ações afirmativas dos textos publicados em *O Globo*



Fonte: GEMAA

O privilégio que *O Globo* concedeu às opiniões contrárias às ações afirmativas foi razoavelmente constante no decorrer da década analisada, como mostra o Gráfico 5. À exceção de 2001 e 2011, em todos os anos o jornal carioca publicou mais textos contrários do que favoráveis às políticas. Vale notar que, em termos percentuais, a proporção de textos contrários se distancia cada vez mais daquela de favoráveis nos momentos mais “quentes” da polêmica e, ao mesmo tempo, tal proporção se aproxima nos momentos menos acalorados. Apesar disso, o jornal parece evitar que a quantidade de textos contrários exceda a quantidade de favoráveis acima de um dado patamar. Por isso, as linhas relativas a essas valências se acompanham o Gráfico 5.

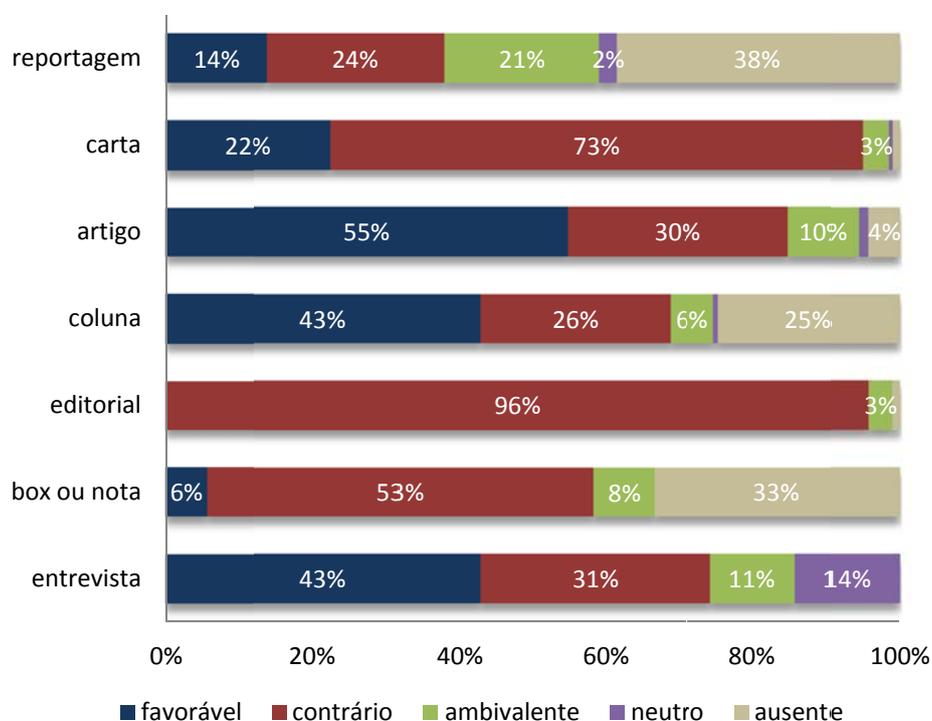
Gráfico 5: Valência em relação às ações afirmativas dos textos publicados em *O Globo* entre 2001 e 2011



Fonte: GEMAA

A distribuição das valências não é uniforme nas diferentes seções do jornal, como deixa claro o Gráfico 6. Os textos contrários às ações afirmativas raciais se concentraram nas seções de cartas de leitores, nos editoriais e nas notas. Já dentre os artigos, entrevistas e colunas existe um maior equilíbrio entre o número de textos contrários e favoráveis, havendo mesmo uma vantagem para os textos favoráveis. Como esperado, o número de casos em que não há uma valência clara aparece na seção de reportagens, muito embora o percentual de casos em que foi detectado algum direcionamento (34%) não seja desprezível.

Gráfico 6: Distribuição dos textos de acordo com o tipo e a valência em relação às ações afirmativas raciais



Fonte: GEMAA

Tudo isso leva a crer que *O Globo* promove uma compensação mínima entre a quantidade de textos contrários e favoráveis às cotas. A tendência contrária dos editoriais, cartas de leitores e notas é parcialmente contrabalançada pela maior proporção de textos favoráveis publicados em forma de coluna, artigos ou entrevista. É importante frisar que esse "equilíbrio" é apenas parcial, pois o jornal publica em todos os anos pesquisados mais textos contrários do que favoráveis.

Ao mesmo tempo em que os editores do jornal se engajaram na crítica às ações afirmativas, alguns dos seus mais importantes colunistas adotaram uma postura de defesa dessas medidas. Esse é o caso de Miriam Leitão e Elio Gaspari, colunistas que mais publicaram textos sobre o tema no jornal (28 e 20, respectivamente). Contudo, é importante destacar a presença de Demétrio Magnoli, publicista crítico das cotas, dentre o rol de colunistas fixos do jornal, o que mostra que houve um substantivo espaço também para colunistas contrários às políticas. A seguir, a lista dos 20 jornalistas, articulistas e colaboradores que mais publicaram sobre o tema durante o período analisado:

Tabela 1: Autores que mais publicaram textos em *O Globo* sobre o tema (7 textos ou mais) conforme a valência

	favorável	contrário	ambivalente	neutro	ausente	Total
Demétrio Weber (repórter)	2%	29%	20%	-	49%	41
Ediane Merola (repórter)	3%	28%	19%	3%	50%	37
Miriam Leitão (jornalista e colunista)	93%	-	-	-	7%	28
Ali Kamel (editor e articulista)	-	100%	-	-	-	22
Elio Gaspari (jornalista e colunista)	95%	0%	-	-	15%	22
Evandro Éboli (repórter)	16%	11%	37%	-	37%	19
Ilimar Franco (jornalista e colunista)	18%	-	6%	6%	82%	19
Demétrio Magnoli (geógrafo e colunista)	-	107%	-	-	-	15
Carolina Brígido (repórter)	42%	25%	17%	-	25%	13
Débora Thomé (jornalista e colunista)	42%	-	8%	-	50%	12
Lisandra Paraguassú (repórter)	91%	-	-	-	18%	12
Ancelmo Góis (jornalista e colunista)	20%	30%	-	-	60%	11
Isabel Braga (repórter)	-	10%	30%	-	60%	10
Flávia Oliveira (repórter)	67%	-	-	-	33%	9
Heliana Frazão (repórter)	22%	33%	11%	-	33%	9
Carlos Alberto Medeiros (escritor e articulista)	100%	-	-	-	-	7
José Pinto de Góes (historiador e articulista)	-	100%	-	-	-	7
Luiz Garcia (jornalista e colunista)	29%	43%	29%	-	-	7
Merval Pereira (jornalista e editor)	-	14%	29%	-	57%	7
Ruben Berta (repórter)	-	43%	29%	-	29%	7

Fonte: GEMAA

A distribuição das valências reflete, em grande medida, o perfil dos atores convocados a opinar sobre as ações afirmativas raciais. Como mostra a Tabela 2, a defesa das ações afirmativas raciais no ensino superior ficou basicamente a cargo de personagens ligadas diretamente ao Estado ou à sociedade civil. Isso fica evidente quando comparamos a percentagem de textos favoráveis àquela de contrários, assinados por representantes de Estado (ministros, secretários de governo etc.), membros da sociedade civil organizada (coordenadores de ONGs, dirigentes de sindicatos e associações etc.), políticos em geral (deputados, senadores, candidatos) e dirigentes universitários. Do outro lado, a crítica às políticas de discriminação positiva apareceu por meio da pena de editores e missivistas, como já foi dito. Vale destacar também a maior quantidade de textos contrários assinados por indivíduos ligados às mais tradicionais carreiras de Estado, como juízes, procuradores, promotores, embaixadores, diplomatas etc. Já dentre os colunistas fixos e especialistas as opiniões aparecem divididas, como, aliás, já vimos no Gráfico 5.

Tabela 2: Posição do autor do texto em relação às ações afirmativas (valência) conforme seu papel social

	favorável	contrário	ambivalente ou neutro	ausente	Total
repórter	14%	23%	23%	39%	100% (373)
“popular” e leitor	22%	72%	4%	1%	100% (202)
especialista	35%	51%	13%	1%	100% (99)
colunista jornalista	46%	20%	6%	28%	100% (144)
editor	1%	89%	4%	6%	100% (127)
representante de Estado⁴	78%	9%	4%	9%	100% (23)
sociedade civil	79%	11%	7%	4%	100% (28)
políticos	67%	22%	11%	-	100% (27)
celebridade	60%	13%	20%	7%	100% (15)
reitor, vice-reitor ou decano	50%	13%	38%	-	100% (16)
jornalista⁵	67%	13%	13%	7%	100% (15)
carreira de Estado⁶	22%	67%	11%	-	100% (9)
outros	50%	30%	20%	-	100% (10)
Total	28%	43%	14%	19%	100% (1054)

Fonte: GEMAA

⁴ Esta categoria abrange textos de ministros de Estado, secretários, dirigentes de instâncias governamentais, etc.

⁵ Esta categoria abrange os textos de jornalistas que não são nem colunistas fixos dos jornais, nem repórteres contratados.

⁶ Esta categoria abrange textos de juízes, embaixadores, promotores, procuradores, diplomatas etc.

Esses números demonstram como o jornal “administra”⁷ o espaço de debate sobre as cotas em suas páginas. A defesa das cotas é colocada basicamente à cargo de personagens ligados à atividade política (parlamentares, militantes, dirigentes de ONGs) e aos diretamente envolvidos com a difusão dessas medidas pelas universidades (ministros, reitores, secretários etc.). Já a crítica fica a cargo dos representantes do jornal e de seus leitores, além de personagens ligados às carreiras tradicionais de Estado. Os atores que supostamente concentram os atores com um capital intelectual maior e uma maior autonomia em relação à política (acadêmicos, colunistas especializados etc.) aparecem divididos entre as duas posições.

Além desses dados, um dos principais interesses da pesquisa foi identificar as opiniões sobre as ações afirmativas raciais veiculadas pelo jornal carioca. Para aferir quais discursos frequentam mais as páginas do jornal, optamos por analisar não somente o conteúdo dos textos publicados, mas também dos parágrafos de cada um deles. Além de fornecer uma quadro mais minucioso dos argumentos veiculados, tal opção se justifica diante da polifonia existente, mormente nas reportagens, as quais costumam reproduzir, ao menos em tese, opiniões diferentes sobre o assunto, quando não conflitantes. Codificar os argumentos presentes nesses textos significaria desconsiderar a polifonia interna a eles. Daí a opção por identificar os argumentos por trechos.

A identificação dos discursos contrários e favoráveis às ações afirmativas raciais no ensino superior foi feita em duas etapas. Com o auxílio do programa de análise hermenêutica Atlas.ti, a equipe do **gema** definiu um conjunto de quase 80 argumentos favoráveis e contrários (cf. Tabela 3). Munidos dessa lista, a mesma equipe aplicou os códigos aos parágrafos compilados.

⁷ Sobre a ideia de administração do debate pública, cf. Campos, Luiz Augusto; Feres Júnior, João & Daflon, Verônica Toste. Administrando o debate público: O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.11, pp. 7-31, 2013.

Tabela 3: Lista de argumentos detectados no *corpus*

Argumentos contrários	Argumentos favoráveis
c01. AAR pode impor uma identidade bicolor	f01. AAR diminui as desigualdades (genérico)
c02. Pobreza dos negros não se deve à discriminação	f02. AAR efetiva princípios constitucionais
c03. Classe importa mais que raça	f03. AAR realiza o princípio igualdade formal de tratamento
c04. AAR tende a beneficiar classe média/elite negra	f04. AAR introduz os beneficiários na cidadania
c05. AAR cria/acirra conflito racial	f05. AAR consolida/realiza princípios republicanos
c06. AAR dá margem a abuso de poder	f07. AAR inclui os excluídos (genérico)
c07. AAR é discriminação às avessas	f08. AAR diminui as desigualdades socioeconômicas
c08. AAR é inconstitucional/ilegal	f09. AAR instaura a igualdade de oportunidades.
c09. AAR pode excluir grupos discriminados	f10. AAR promove a mobilidade social de grupos discriminados
c10. AAR é ineficiente no combate às desigualdades	f11. AAR capacitará os beneficiários a competir em igualdade
c11. AAR resulta da captura do Estado por movimentos sociais	f12. AAR tem estimulado o debate sobre as desigualdades raciais
c12. AAR é solução paliativa	f13. AAR dissocia cor de pobreza
c13. AAR é intervenção do Estado nas relações sociais	f14. AAR combate o racismo/discriminação (genérico)
c14. AAR é uma medida eleitoreira	f15. AAR combate o racismo/discriminação institucional/estrutural
c15. AAR é uma política neoliberal	f16. AAR combate o racismo/discriminação nas relações sociais
c16. AAR pode dividir classes baixas	f17. AAR reconhece/denuncia o preconceito até então encoberto
c17. AAR é vulnerável à fraude	f18. AAR cria uma classe média negra
c18. AAR pode estigmatizar os beneficiários	f19. AAR inclui os beneficiários nos níveis mais altos da sociedade
c19. AAR fracassou em outros lugares	f20. AAR produz prosperidade/eficiência econômica.
c20. AAR pode excluir os brancos pobres	f21. AAR inclui potenciais antes desperdiçados
c21. AAR oficializa o racismo	f22. AAR realiza o mérito.
c22. AAR desrespeita a auto-identificação	f23. AAR repara erros cometidos na passado (genérico)
c23. AAR cria intolerância entre os negros	f24. AAR é uma forma de indenização aos que foram escravizados
c24. AAR diminui a qualidade do ensino	f25. AAR busca dirimir os efeitos da escravidão no presente
c25. AAR não deve ser reduzida às cotas	f26. AAR reconhece a diversidade cultural brasileira (genérico)
c26. AAR não leva em conta o mérito	f27. AAR aumentará a autoestima dos beneficiários
c27. AAR produzirá profissionais despreparados	f28. AAR introduz pluralidade nas instituições
c28. AAR provoca ressentimento nos brancos	f29. AAR reconhece contribuição histórico-cultural de marginalizados
c29. AAR rompe com republicanismo brasileiro	f30. AAR realiza um projeto de nação
c30. AAR tende a se perpetuar	f31. AAR é decisiva para a integração nacional.
c31. AAR viola o princípio da igualdade formal/institui privilégios	f32. AAR é medida emergencial diante de uma situação crítica
c32. AAR pressupõe a existência biológica de raças	f33. AAR teve êxito em outros lugares
c33. Beneficiários não serão capazes de acompanhar o curso	f34. Há sinais de sucesso da AAR no Brasil
c34. AAR importa um modelo estrangeiro	
c35. AAR não basta sem medidas de permanência	
c36. É difícil classificar racialmente as pessoas	
c37. AAR se opõe à nossa tradição de mestiçagem	
c38. Não há negros para preencher as vagas	
c39. Não há ainda resultados positivos conclusivos	
c40. O Brasil não é um país racista	
c41. O caminho é investir nas políticas universais	
c42. O caminho é investir no ensino básico	
c43. O ensino já está se democratizando sem cotas	
c44. Não é função da universidade estabelecer AARs	
c45. Racismo oculto é melhor que explícito	
c46. AAR racializa a sociedade	
c47. Não há o que reparar pois todo brasileiro é afrodescendente	

A partir da lista de argumentos exposta na Tabela 3, é possível formar agregados semânticos que traduzem as principais linhas ou *clusters* argumentativos veiculados pelo jornal. Em trabalhos anteriores, apresentamos diferentes modos de agrupar tais argumentos⁸. Para facilitar a presente exposição, optamos por reduzir os 80 argumentos supracitados a sete grandes *clusters*, três deles com um viés contrário às ações afirmativas raciais e quatro com um viés favorável.

É possível agrupar os argumentos contrários em três grandes *clusters*: C1) Raça e identidade nacional; C2) Estado e Cidadania; e C3) Procedimentos e Resultados. Segundo os atores que esposam a linha argumentativa C1, os formuladores das políticas de ação afirmativa no Brasil importaram dos Estados Unidos um sistema binário de identificação racial que é completamente inadequado para entender a realidade da identidade racial e étnica do país, marcada pela plasticidade e flexibilidade. Calcada em grande medida na ideia de tolerância racial e miscigenação, tal identidade nacional seria incompatível com o suposto “espírito” racializante das cotas.

Os argumentos agrupados no *cluster* C2 (Estado e Cidadania) fazem parte de um discurso, próximo do liberalismo e do republicanismo clássicos, segundo o qual a ação afirmativa violaria a igualdade legal e princípios normativos correlatos, como o da meritocracia. Ainda que esse agregado argumentativo tenha modulações distintas, mais ou menos liberais a depender do caso, ele se fia numa tradição formalista da lei e do direito, calcada no ideal de que a igualdade formal plasmada na letra da lei é o princípio fundamental e inviolável do Estado.

Os argumentos do grupo C3 (Procedimentos e resultados) são menos substantivos que os anteriores na medida em que não atacam os princípios das ações afirmativas raciais, mas sim a suposta eficácia dessas políticas. Dessa perspectiva, tais políticas seriam ineficazes seja por conta de seu desenho impróprio, seja pelo fato de elas poderem gerar efeitos indesejáveis. Logo,

⁸ Para mais informações sobre as possibilidades de agregação argumentativa, cf. Feres Júnior, João. Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: Estados Unidos e Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 29, p. 63-84, 2007; Feres Júnior, João. Ação Afirmativa: Política Pública e Opinião. *Sinais Sociais*, v. 3, p. 38-77, 2008; Campos, Luiz Augusto. Identificando enquadramentos com o auxílio da informática: uma proposta metodológica. *Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de Lindoia, 2013.

mesmo admitindo as boas intenções dos proponentes dessas políticas, os partidários do *cluster* C3 as criticam por questões técnicas e procedimentais.

Dentre os argumentos com viés favorável, identificamos quatro linhas argumentativas: F1) Justiça social; F2) Reparação; F3) Diversidade; F4) Procedimentos e resultados. Segundo o argumento da Justiça Social (F1), ações afirmativas devem ser adotadas toda vez que desigualdades persistentes e moralmente injustificáveis são detectadas, demandando medidas redistributivas para remediá-las. Tais medidas podem redistribuir resultados ou oportunidades, ou mesmo essas duas dimensões, uma vez que elas são altamente dependentes. Esse conjunto de argumentos identificam-se, mais ou menos implicitamente, com uma concepção política do Estado de Bem-Estar.

Ainda que próximo da ideia de Justiça Social, o argumento da Reparação (F2) apresenta nuances importantes. Em primeiro lugar, ele não se baseia somente num diagnóstico de há uma dada desigualdade no presente. Mais do que isso, a ideia de reparação recorre a uma interpretação histórica da formação nacional, a qual identifica ocorrência de opressão e crimes contra grupos sociais, que então se tornam beneficiários de ações presentes que visam mitigar os efeitos dos males do passado. No caso dos negros, o crime histórico em questão é a escravidão. Tal argumento não se baseia, portanto, numa concepção redistributivista de justiça, mas numa ideia compensatória não inteiramente dependente do modo como determinadas desigualdades existem no presente.

O argumento da Diversidade (F3), por seu turno, recorre a uma concepção multiculturalista de justiça para defender ações afirmativas. Com um viés mais pragmático, os postulantes do ideal da diversidade entendem que a ausência de determinados grupos sociais em espaços de prestígio e poder é algo em si mesmo injusto. Logo, mais do que diminuir uma desigualdade ou reparar crimes históricos, o argumento da diversidade defende as ações afirmativas simplesmente pelo fato de elas introduzirem mais pluralidade em espaços sociais homogêneos. Claro que esse argumento pode se aproximar do ideal da justiça social, mas a linguagem da diversidade é, como o próprio nome indica, marcada pela ideia de diferença e não propriamente de igualdade ou equidade, como a da justiça social. Ele advoga a representação da diversidade social nas

várias instituições e não propriamente a equalização de oportunidades ou resultados.

Finalmente, o *cluster* F4 (Procedimentos e resultados) é o mais marginal. Ele congrega todos os argumentos que defendem as ações afirmativas raciais apelando para a eficiência e o sucesso que elas atingiram em outros contextos nacionais. Mais do que uma defesa das ações afirmativas baseada em princípios, trata-se de um discurso que destaca apenas a expediência de tais políticas.

Os sete grupos argumentativos aparecem na Tabela 4, acompanhados da quantidade absoluta e relativa de trechos de *O Globo* em que eles foram detectados:

Tabela 4: Quantidade de trechos codificados em os *clusters* argumentativos contrários e favoráveis às ações afirmativas

	N	%
C1) Raça e Identidade Nacional	484	27,5%
C2) Estado e Cidadania	458	26,0%
C3) Procedimentos e Resultados	577	32,7%
F1) Justiça Social	320	18,2%
F2) Reparação	113	6,4%
F3) Diversidade	102	5,8%
F4) Procedimentos e Resultados	91	5,2%
Total de trechos	1.762	100%

Fonte: GEMAA

A Tabela 4 permite deduzir algumas conclusões gerais sobre a presença dos argumentos sobre as ações afirmativas raciais no jornal. Em primeiro lugar, merece destaque a preponderância dos discursos contrários às políticas em comparação aos favoráveis. De certo modo, tal preponderância resulta da maior quantidade de textos contrários do que favoráveis, como vimos no Gráfico 4. Outro dado importante é o equilíbrio na distribuição dos *clusters* contrários em comparação à concentração dos argumentos favoráveis em F1 (Justiça Social).

Esses dados indicam que *O Globo* não privilegiou propriamente um tipo de argumentação contrária, mas sim a tomada de posição contrária às ações afirmativas raciais como um todo. Noutros termos, o jornal parece ter aberto espaços proporcionais aos diferentes discursos anticotas, não procedendo da mesma forma com os discursos pró-cotas.

A concentração dos trechos favoráveis no argumento da Justiça Social (F1) indica, como já havíamos comentado em outra ocasião, que a defesa das cotas no Brasil não se dá predominantemente em termos multiculturalistas, como aconteceu e acontece em outros contextos nacionais, como EUA e Índia⁹. Nas páginas de *O Globo*, e no Brasil de modo geral, a defesa das ações afirmativas lança mão muito de discursos igualitaristas e redistributivistas. Vale notar que isso contraria a imagem do debate feita por atores, contrários às cotas, que esposam o argumento da racialização (C1). Segundo esses atores, a adoção de ações afirmativas raciais pelo Brasil expressa os anseios de um movimento coordenado que visa introduzir a ideologia multiculturalista no país¹⁰. Ao contrário, os dados da Tabela 4 indicam que os defensores da ação afirmativa no país, ao menos aqueles que tiveram seus textos acolhidos em *O Globo*, compartilham uma visão da ação afirmativa como política redistributiva.

Tudo que foi dito aqui demonstra que *O Globo* conferiu um grande espaço em suas páginas ao tema das ações afirmativas raciais. A preponderância de textos opinativos em relação às reportagens sobre o tema indica também que o jornal pretendeu se constituir num espaço de debate da questão. Por outro lado, há que se questionar se tal espaço de debate foi moderado de forma adequada. Contra essa pretensão do jornal, pesa a preponderância de textos contrários à política, mormente de editoriais, e, sobretudo, a falta de diálogo entre as perspectivas. Os partidários do argumento Raça e Identidade Nacional (C1), por exemplo, parecem lutar contra um discurso multiculturalista que, a rigor, é

⁹ Para uma comparação entre as justificações das ações afirmativas em contextos nacionais distintos, cf. Feres Júnior, João. Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: Estados Unidos e Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 29, p. 63-84, 2007.

¹⁰ Embora essa visão se faça presente em muitos textos, seguem alguns exemplos: Magnoli, Demétrio. *Uma Gota de Sangue: História do Pensamento Racial*. São Paulo: Contexto, 2009; Grin, Monica. *"Raça": Debate público no Brasil (1997-2007)*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, Faperj, 2010; Fry, Peter et al. (eds). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

bastante marginal no debate público. Ao que parece, há bem pouco diálogo nesse espaço deliberativo que o jornal carioca tentou construir para as cotas e um espaço desproporcional para um rol de críticas, ao passo que os argumentos favoráveis à política receberam um tratamento relativamente desfavorável por parte do jornal.

Como citar

Campos, Luiz Augusto & Feres Júnior, João. O Globo e as ações afirmativas: dez anos de cobertura (2001-2011). *Textos para discussão GEMAA (IESP-UERJ)*, n. 2, 2013, pp. 1-18.